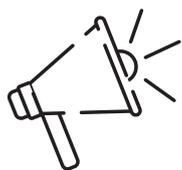




ESPALHA EDH



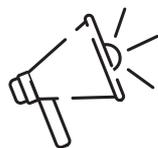
Informativo mensal sobre Educação em
Direitos Humanos

TEMA DO MÊS: VIDAS NEGRAS IMPORTAM



Foto: Expedição à exposição *Diáspora*, de Josafá
Neves, 2018. Thiago Fijos

ESPALHA EDH



Informativo mensal sobre Educação em Direitos Humanos

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO

Bruno Covas
Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

Secretária Municipal
Claudia Carletto

Secretária Adjunta
Juliana Felicidade Armede

Chefe de Gabinete
Luiz Orsatti Filho

Comunicação e Assessoria de Imprensa - SMDHC

Cesar Guerrero
Coordenador de Comunicação

Priscila Rosa de Oliveira
Coordenadora de Assessoria de Imprensa

Everton Clarindo
Assessor de Imprensa

Fábio Madeira
Assessor de Imprensa

Silvano Tarantelli
Assessor de Imprensa

Departamento de Educação em Direitos Humanos

9ª Edição
Novembro, 2020

Realização

Departamento de Educação em Direitos Humanos - SMDHC

Cassio Rodrigo - Diretor
Renata Mie Garabedian - Assessora
Tayná Rodrigues Salviano - Assessora
Vera Velozo - Assessora

Editorial

Cássio Rodrigo

EDH na Rede

Renata Mie Garabedian

Cultura DH

Deise da Rocha Ramos e Leonardo Costa

Lugares de Memória

Cássio Rodrigo, Ana Caroline Andrade
Santo e Jéssica de Sá Silva

Perfil EDH

Eloisa Bito Neubaner, Caroline Gentil
Mendes e Raffaella Fiorani

Revisão

Fábio Madeira e Silvano Tarantelli

Concepção gráfica e diagramação

Renata Mie Garabedian



**CIDADE DE
SÃO PAULO**

CARA LEITORA E CARO LEITOR

No novembro do Espalha EDH – Informativo mensal sobre Educação em Direitos Humanos -, “Vidas Negras Importam!”.

Em sua 9ª edição, iremos falar sobre a importância do Dia da Consciência Negra, para servir de base para as reflexões e informações dentro de cada um dos nossos eixos: EDH na rede, Cultura DH, Lugares de memória e Perfil EDH. E começamos propondo um minuto de silêncio antes de seguir a leitura, numa homenagem ao João Alberto Freitas, homem negro, de 40 anos, espancado e morto por dois seguranças, na véspera do Dia da Consciência Negra, numa unidade do Carrefour em Porto Alegre.

Se começamos os Lugares de Memória trazendo a história do bairro da Liberdade, onde o soldado Francisco José das Chagas, conhecido por “Chaguinhas”, condenado à força teve três vezes falha a sua execução e, mesmo assim a Coroa o condenou à morte, assassinando-o a pauladas, terminamos falando sobre como a alforria ou liberdade ainda não é uma realidade para o povo negro.

Na Cultura, indicamos mulheres negras escritoras e refletimos sobre a dificuldade de inserção no mercado editorial, com uma entrevista com a cantora e compositora Ellen Oléria, que fala sobre a posição da mulher negra na cultura. Lembramos que para a Educação em Direitos Humanos não há diferença racial. Não existem raças superiores ou inferiores. Somos, antes e acima de tudo, seres humanos, com suas infinitas diversidades étnico-raciais.

Entendemos que a Educação em Direitos Humanos deve estar aliada ao enfrentamento ao racismo e a toda e qualquer forma de discriminação ou violência em razão da cor da pele das pessoas. Transformações sociais são necessárias. Transformações culturais são necessárias. Precisamos construir uma sociedade em que a “Al Horria” (alforria) realmente signifique Liberdade.

Para este mês, continuamos contando com a parceria do curso de extensão da Universidade São Judas Tadeu, e a maioria dos textos aqui apresentados são de autoria deste grupo.

Aproveitem a leitura e #SeguimosPerto. Enviem sugestões, críticas, elogios! Participem!!!

EQUIPE EDH

EDH NA REDE



<https://youtu.be/dUjQuneei0U>

CULTURA DH

ONDE ESTÃO AS ESCRITORAS NEGRAS?

No mês de novembro comemora-se o dia da Consciência Negra. Neste mês, fica evidente a necessidade de exaltar nossa ancestralidade, as produções negras contemporâneas e discutir os desafios da luta antirracista. Conversaremos aqui sobre como o racismo estrutural condiciona a publicação de romancistas negras brasileiras e estrangeiras, servindo como obstáculo tanto à expressão das escritoras, quanto ao acesso dos(as) leitores(as) à essas obras. A leitura de escritores e escritoras negras também é uma postura antirracista!

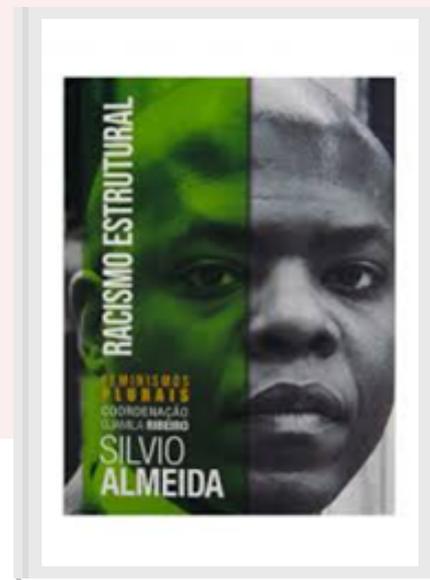
O que é racismo estrutural, afinal?

Silvio Almeida, no livro “Racismo Estrutural”, reflete acerca de três concepções de racismo: o individualista, o institucional e o estrutural. O conceito de racismo individualista entende o racismo como uma patologia social, que se manifesta por meio condutas desviantes de alguns indivíduos que praticam violências diretas contra pessoas negras (discriminação). O conceito de racismo institucional aponta para a presença de práticas racistas nas instituições. Já o conceito de racismo estrutural aponta que o racismo constitui as relações em seus padrões de normalidade consciente ou inconscientemente.

Reconhecer que o racismo constitui as relações em seus padrões de normalidade significa compreender que indivíduos são constrangidos cotidianamente, operando-se uma naturalização da violência contra pessoas negras. Esta violência encontra-se na estrutura da sociedade, constituindo suas dimensões econômicas, políticas e moldando as subjetividades. Mas em que isso se relaciona com a publicação de autores e autoras negras? Vejamos como o racismo estrutural também se manifesta no mercado editorial e sua influência na (não) publicação de obras escritas por negros e negras.

SUGESTÃO:

Entenda melhor o que é racismo estrutural e as consequências desse fenômeno em “Racismo Estrutural” de Silvio Almeida.



Quem são os escritores publicados?

Em pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea da Universidade de Brasília, coordenado pela professora Regina Dalcastagnè, traçou-se o perfil do romancista brasileiro publicado por grandes editoras entre 1990 e 2004. Concluiu-se que ele é homem, branco, de classe média, nascido no eixo Rio-São Paulo.

As personagens criadas por esses autores não se diferenciam desse perfil e, em sua maioria, também são homens, brancos, de classe média, heterossexuais e moradores de grandes cidades.

O resultado obtido pela pesquisa não nos surpreende, já que podemos observar essa mesma predominância nas demais manifestações artísticas. Conforme afirma ALMEIDA (2019), “o racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo o momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional” (ALMEIDA, 2019, pág. 65). A invisibilização da produção cultural de minorias (mesmo quando essas numericamente constituem uma maioria) opera o apagamento de múltiplas identidades, dificultando que essas identidades se expressem e que os leitores possam reconhecer-se nelas. Conforme afirma Dalcastagnè (2005, p. 14):

Reconhecer-se em uma representação artística, ou reconhecer o outro dentro dela, faz parte de um processo de legitimação de identidades, ainda que elas sejam múltiplas. Daí o estranhamento quando determinados grupos sociais desaparecem dentro de uma expressão artística que se fundaria exatamente na pluralidade de perspectivas.

Por isso, afirmamos com convicção “Devemos publicar mulheres negras!”

Como garantir espaço a mulheres negras escritoras?

E importante haver diversidade nos tipos de ficção que mulheres negras produzem, e que vários tipos de escrita de mulheres negras recebam atenção e sejam publicados. Não deveria haver uma imagem estereotipada de uma escritora negra ou uma suposição preconcebida sobre o tipo de ficção que ela irá produzir (HOOKS, 1952, p. 294)

Bell Hooks é uma escritora norte-americana negra e feminista. O fragmento acima pertence ao ensaio “A escrita das mulheres negras: criando mais espaço” de 1952. Nesse texto, se discute as dificuldades enfrentadas por mulheres negras na produção (já que normalmente cabe a essas conciliar trabalho doméstico, criação dos filhos, carreira e estudos) e na publicação de suas obras. A autora aponta ainda para uma tendência à uniformização de algumas características da escrita de mulheres negras. Uniformização esta que pode ser tanto produto de experiências partilhadas ou resposta a uma demanda do mercado editorial, que, já enfrentando muitas dificuldades para se fazer publicar, as autoras buscam atender. HOOKS (1952) destaca a importância de não estereotipar-se as mulheres negras e garantir que suas literaturas sejam publicadas em suas diversidades.

Conceição Evaristo, romancista brasileira, manifesta pensamentos semelhantes aos de Bell Hooks. Em entrevista ao jornal Correio Braziliense diz:

Sem sombra de dúvida existe esse imaginário em relação às mulheres negras, que é um imaginário que, normalmente, não nos coloca como sujeitos produtores de saber, sujeitos produtores de determinada arte. A literatura, até hoje, está nas mãos de homens e homens brancos. Quebrar com esse imaginário que coloca as mulheres negras no lugar de subalternidade e não acreditar nessas mulheres como potentes também na escrita causam um desinteresse no mundo literário. (EVARISTO, 2018)

As duas escritoras falam também de algumas estratégias importantes para garantir a publicação e leitura de escritoras negras. Entre elas encontra-se a formação de espaços de troca e incentivo à leitura e à escrita: as oficinas, os coletivos de mulheres negras e os clubes de leituras são espaços em que é possível trocar experiências e encontrar apoio. Sugere-se também que haja incentivo financeiro aos autores com criação de concursos literários e bolsas para escritores.

Atualmente, para que nós leitores possamos nos aproximar do trabalho de mulheres negras brasileiras ou estrangeiras, encontramos editoras especializadas na publicação deste segmento literário. Assim como canais do youtube, podcasts, clubes de leitura e saraus espalhados pela cidade. Compartilhamos com vocês algumas indicações de autoras negras brasileiras e estrangeiras!

LITERATURA BRASILEIRA



GENI GUIMARÃES

Nasceu na área rural do município de São Manoel (São Paulo), em 1947. É professora, poeta e ficcionista.

Algumas obras:

- Terceiro filho (1979)
- Da flor o afeto, da pedra o protesto (1981)
- Balé das emoções (1993)
- A cor da ternura (1998)
- Leite do peito (2001)

CIDINHA DA SILVA

Nasceu em Belo Horizonte (MG), em 1967. Publicou 17 livros distribuídos em diversos gêneros.

Algumas Obras:

- Você me deixe, viu? Eu vou bater meu tambor! (2008)
- Oh margem! reinventa os rios! (2011)
- Racismo no Brasil e afetos correlatos (2013)
- Parem de nos matar! (2016)

CONCEIÇÃO EVARISTO

Nasceu em Belo Horizonte em 1946. Romancista, contista e poeta.

Algumas obras:

- Ponciá Vicêncio (2003)
- Becos da Memória (2006)
- Poemas da recordação e outros movimentos (2008)
- Insubmissas lágrimas de mulheres (2011)
- Canção para ninar menino grande (2018)

LITERATURA ESTRANGEIRA



CHIMAMANDA NGOZI ADICHIE

Nasceu Enugu (Nigéria), em 1977, uma das mais importantes jovens autoras anglófonas de sucesso.

Algumas obras:

- Hibisco Roxo (2003)
- Meio Sol Amarelo (2006)
- No Seu Pescoço (2009)
- Sejam Todos Feministas (2014)
- Para Educar Crianças Feministas - Um Manifesto (2017)

PAULINA CHIZIANE

Nasceu em Manjacaze, Gaza (Moçambique), em 1955, é uma das vozes proeminentes da literatura moçambicana.

Algumas obras:

- Balada de Amor ao Vento (1990)
- O Sétimo Juramento (2000)
- As Andorinhas (2009)
- Na mão de Deus (2013)
- Ngoma Yethu: O curandeiro e o Novo Testamento (2015)
- O Canto dos Escravizados (2017)

SCHOLASTIQUE MUKASONGA

Nasceu Guicongoro (Ruanda) em 1956. Vive e trabalha atualmente na região da Baixa Normandia, na França.

Algumas obras:

- Baratas (2018)
- A Mulher de Pés Descalços (2018)
- Nossa Senhora do Nilo (2018)

+ BATE PAPO CULTURAL COM ELLEN OLÉRIA

1) Qual a importância da arte na luta antirracista?

Por meio da arte trazemos um plano simbólico para a materialidade, um projeto conceitual e estético para o plano político. O estético é político. A política (e eu estou falando de uma política do cotidiano, nosso comportamento e decisões tomadas no dia a dia), define os contratos sociais que vivemos coletivamente. Decidimos o que é belo, mas também discutimos o que é ético. A supremacia de uma raça ou etnia, a categorização de sujeitos a partir da cor, a desumanização pautada na diferença ancestral não poderia ser jamais, em nosso tempo, um contrato social ético. A felicidade é um conceito que só pode ser pensado a partir da coletividade. Não é possível seguir num caminho de tanta desigualdade de direitos. Essa desigualdade é ainda fruto de uma tradição colonial e escravocrata, onde o projeto de nação se fundamenta em uma hierarquia estúpida a partir de raça e etnia.



Uma luta antirracista reescreve a realidade de todas as ex-colônias, incluindo o Brasil, pensando na multiplicação das riquezas do país a partir de uma distribuição de renda mais igualitária e do acesso a direitos e bens de consumo mais equânimes.

2) Quais os desafios de uma mulher preta no trabalho com arte e produção cultural?

O universo musical e a produção cultural é mais um espaço que reflete a misoginia e o racismo que vivemos em absolutamente todas as áreas de pesquisas e em todos os espaços de poder. Ser uma mulher preta na arte é ser resistência. Ser uma mulher preta no mundo é ser resistência, ser poder é ressignificação histórica. Ser uma mulher preta na produção cultural é expandir olhares e representatividades, transformação social e cotidiano. E inspirar as mais jovens afirmando pela arte que podemos estar em todos os lugares. E mudar o curso da história. E tudo isso é um desafio.

3) Que conselho você dá para artistas que estão iniciando a carreira?

Se você ama a arte, se você acredita que esse é seu caminho, se dedique fortemente em estudar, compreender e praticar os fundamentos do fazer artístico e seja versátil pra se comunicar melhor com sua arte. Se você canta, aprenda um instrumento também. Se você toca um instrumento harmônico, aprenda um instrumento percussivo. Se você é percussionista, estude canto. Se você pinta quadros abstratos, aprenda outras técnicas, faça desenhos realistas. Se você é do teatro aprenda sobre iluminação, cenografia, figurino e maquiagem. Expandir nosso conhecimento faz da gente artistas mais completos. E lembre-se sempre: Não deixe a vaidade te dominar. Só porque você faz algo bem, não quer dizer que é melhor que as outras pessoas. Saiba que mesmo sabendo muito você sempre pode aprender mais. Quem acha que sabe tudo se torna uma artista, uma pessoa medíocre, porque um sabe tudo não pode crescer. Ele já “sabe tudo”! Vai estagnar em sua arrogância. Arte se faz coletivamente, mesmo que levantando seu projeto sozinha, você precisa do público pra se relacionar com sua Arte. Acredite em você e na sua verdade.



LUGARES DE MEMÓRIA

AL HORRIA OU A LIBERDADE



Antes do século XIX, o bairro da Liberdade era conhecido como Bairro da Pólvora, em referência à Casa da Pólvora, construída em 1754 no largo da Pólvora e, por mais difícil que possa ser imaginar, era considerado uma região periférica da cidade, entre o Centro de São Paulo e o então município de Santo Amaro.

No bairro, se localizava o Largo da Forca, em razão da presença de uma forca que era utilizada para a execução da pena de morte, em vigor no país, na época. Instalada em 1604, ela funcionou até 1870, quando, então, o largo passou-se a chamar Largo da Liberdade, estendendo o nome para todo o bairro.

Mas, por que Liberdade? Existem duas versões para o nome. Uma faz referência a um levante de soldados que reivindicavam o aumento de seus salários à coroa portuguesa em 1821, e que teria resultado no enforcamento de dois soldados, Chaguinhas e Cotindiba.

Outra versão diz que o nome foi uma referência à abolição da escravidão, uma vez que, conhecido atualmente por ser um bairro de orientais, a Liberdade era, originalmente, um bairro de negros recém libertos.

Além de abrigar a forca e o Cemitério dos Aflitos, a Liberdade foi palco, nos séculos XVIII e XIX, do Pelourinho, poste em que os escravizados eram castigados e, por isso a

importância em demarcar que foi o bairro que recebeu as primeiras residências das pessoas negras alforriadas.

Devemos lembrar, ainda, que a palavra alforria origina-se da expressão árabe "Al Horria" que significa "a liberdade". E, assim, o bairro passou a abrigar organizações de ex-escravos e seus descendentes, como a Frente Negra Brasileira e, mais tarde, o Paulistano da Glória, um sindicato de domésticas que virou escola de samba liderada pelo sambista Geraldo Filme.

Ainda no século XIX, imigrantes portugueses e italianos construíram sobrados que, com o tempo, viraram pensões e repúblicas que seriam habitadas, nas primeiras décadas do século XX, por imigrantes japoneses

A presença japonesa no bairro começou em 1912, quando os imigrantes japoneses começaram a residir na rua Conde de Sarzedas, ladeira íngreme, onde, na parte baixa, havia um riacho e uma área de várzea.

Já nessa época, começaram a surgir as atividades comerciais: uma hospedaria, um empório, uma casa que fabricava tofu (queijo de soja), outra que fabricava manju (doce japonês) e também firmas agenciadoras de empregos, formando, assim, a "rua dos japoneses".

Em 1915, foi fundada a Taisho Shogakko



(Escola Primária Taisho), que ajudou na educação dos filhos de japoneses, então em número aproximado de 300 pessoas. Com o passar do tempo, a Liberdade deixou de ser um reduto exclusivo dos japoneses. O bairro passou a ser procurado também por chineses e coreanos, o que fez com que o bairro não fosse apenas conhecido como o "bairro japonês", mas também como o "bairro oriental" de São Paulo.

Um bairro tão múltiplo acaba por gerar polêmicas sobre sua ocupação. Em 2018 foi sancionada a Lei Municipal nº 16.960, de 18 de julho, denominando de Praça da Liberdade - Japão a área livre situada entre a Avenida Liberdade, Rua Galvão Bueno e Rua dos Estudantes.

Logo após, o Governo Estadual publicou o Decreto nº 63.604, de 24 de julho do mesmo ano, alterando a denominação da Estação da Linha 1 - Azul do Metrô de Estação Liberdade para Estação Japão-Liberdade.



Mas essas homenagens apagaram parte importante da história do bairro, levando uma boa parcela da população a ficar descontente. Por isto, tramita, na Assembleia Legislativa de São Paulo, o projeto de lei nº 71, de 2020, que denomina de "Estação Japão - Liberdade - África" a atual estação Japão-Liberdade do Metrô de São Paulo. Em sua justificativa, o projeto de lei alega que o nome do bairro foi herança de um homem negro: o soldado Francisco José das Chagas, ressaltando-se que o local foi abrigo de escravos e ex-escravos no século XIX.

Conhecido também como "Chaguinhas", sua condenação chocou a cidade. A forca foi erguida no atual Largo da Liberdade. No dia 20 de setembro de 1821 houve a execução. Ao ser enforcado, a corda arrebentou e ele caiu ao chão. O povo, que a tudo assistia, gritou: "Liberdade". Era o costume perdoar-se o condenado, ou comutar-lhe a pena, em casos semelhantes. Para outros era a vontade de Deus, mais poderosa que a dos homens. Mas, nesse caso, o governo, consultado, foi intolerante, e novamente foi armado o laço e dependurado para lançamento. E assim se fez. Mas eis que a corda arrebentou de novo. E o povo gritou: "Milagre!". De qualquer forma, Chaguinhas, pela terceira vez foi enforcado, mas ainda mostrando sinais vitais, foi assassinado a pauladas, terminando a pena.

Velas foram acesas e uma cruz foi erguida no local do crime. Em 1887 foi construído uma capela, a Capela de Santa Cruz das Almas dos Enforcados. Ou simplesmente Igreja das Almas.

Apesar de não ter sido reconhecido como santo pela Igreja Católica, tem fama de milagreiro e atrai fiéis para o bairro da Liberdade, cultuado na Capela dos Aflitos, ao final da Rua dos Aflitos, na Liberdade. Na pequena capela há a cela onde Chaguinhas ficou preso e os devotos costumam escrever seus pedidos, colocar na porta da cela e bater 3 vezes.



Nesse mês da Consciência Negra, vamos resgatar os espaços de resistência da comunidade negra em São Paulo, reforçando a herança deixada pelos negros e negras na construção da cidade de São Paulo.

Assim sendo, dentre a mudanças e símbolos da "Consciência Negra", podemos destacar as pessoas que trabalham como guias turísticos por diversos bairros de São Paulo, mostrando ali a cultura e a memória dos locais não apenas aquela que a sociedade quer expressar, mas sim a partir de diferentes ângulos, para que as pessoas tenham consciência que nossa sociedade é formada por origens e etnias das mais variadas.

Desse modo, cabe ressaltar que em poucos casos as histórias dos bairros são contadas usualmente da maneira correta. Como já exemplificado, as narrativas usuais acabam por mascarar esses fatos, fazendo muitos acreditarem que a "Cidade Japão", como é conhecido o bairro da liberdade, sempre foi ocupada por pessoas de origem oriental e asiática.

A Cartografia Negra na cidade de São Paulo, bem como das demais cidades brasileiras, conta a história de locais marcados por opressão, a partir das memórias de pessoas afro-brasileiras e africanas, evidenciando também personalidades negras que contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Transformando assim o lugar em símbolo de resistência, ressignificando essas histórias que são apagadas pelo racismo epistemológico.

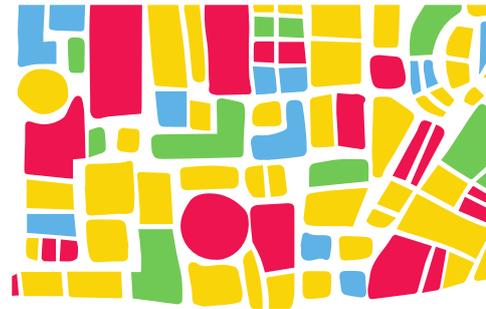
Tendo acesso à narrativa das pessoas negras dos séculos XVIII e XIX, temos a responsabilidade de conhecer melhor a real cultura desses bairros. E ninguém melhor do que as pessoas que exercem diariamente esse papel de narradores para nos mostrarem um pouco da história oculta de nossa cidade. Sendo assim em uma entrevista, a equipe "Black Bird" nos incentiva a "não olhar somente para um lado da história". Abaixo vocês poderão conhecer um pouco melhor nossa cidade, sob um ângulo diferente!

PARA SABER MAIS:

Blackbird - Viagem e Representatividade

Plataforma de turismo e representatividade que busca trazer um olhar inclusivo para o mercado de turismo brasileiro. Fundada pela relações públicas Luciana Paulino e pelo jornalista Guilherme Soares Dias tem como proposta compartilhar relatos de viajantes negros, histórias de lugares e cultura negra, além de inspirar novas narrativas e viagens, com dicas e promoção de alguns roteiros especiais de turismo afro-referenciado.

<http://blackbirdviagem.com.br/>



Espalha - Havendo ciência que o bairro da liberdade, assim chamado devido o seu contexto histórico que inclusive faz parte da história dos negros, como vocês se sentem, vendo o bairro da liberdade ser marcado nos dias de hoje pela cultura oriental? Além disso, como vocês entendem a mudança drástica que ocorreu nesse bairro, se antes veio a ser o abrigo de tantos negros e hoje atinge até a estação de metrô. Da qual, o respectivo bairro vem com o nome de "Japão" na cidade paulistana? Isso remete a ideia de preconceito racial?

Guilherme Soares Dias - A mudança do bairro da liberdade é muito característica do racismo estrutural, que apaga as pessoas negras da história, criminaliza. A gente percebe que o bairro da Liberdade começa a ser bairro negro no século XVIII e XIX. Ele tem uma história negra muito forte no século XX. É onde foi fundado o primeiro cordão de carnaval, é a sede da frente negra brasileira e, também até hoje no bairro, tem mais pessoas negras morando do que pessoas de origem oriental. Das pessoas que moram no bairro da Liberdade, 17% dizem que são de cor amarela, ou seja, são orientais, e 25% - mais então que os amarelos -, são de cor preta ou parda. Então, isso denota de que até hoje o bairro da Liberdade é um bairro que tem a maioria negra. Essa demarcação de bairro oriental é importante, porque lá também foi um importante centro de migração de pessoas japonesas. Mas de 2010 para cá, muitos chineses e coreanos passam a morar no bairro. Hoje, a maior parte dos restaurantes da Liberdade são chineses. É um bairro turístico, é um bairro onde a história japonesa está presente, mas que a gente sabe que não dá para apagar a história negra e não dá pra gente não contar essa história! E se a gente pluralizar o bairro? Ou seja, se a gente contar que é um bairro negro, que é um bairro japonês, chinês e de tantas outras nações, a gente traz ainda mais atenção e ainda mais olhares para esse bairro que é tão importante para o Estado de São Paulo, e que é um atrativo turístico, né? A gente espera que lá, por exemplo, seja instalado o Memorial dos Aflitos - é o memorial que pretende contar a história das pessoas negras no bairro, já que ali ficava o Cemitério dos Aflitos - que era o cemitério dedicado à população negra no século XVIII e XIX. Não ter essa história na arquitetura de São Paulo, faz parte sim do racismo estrutural! E isso acontece em outros lugares da cidade também, como é o caso do Bixiga, da Barra Funda, e acontece em outras cidades também, onde as histórias negras foram apagadas e a história das pessoas brancas ganharam as principais narrativas, por meio de nomes de ruas, praças e monumentos.

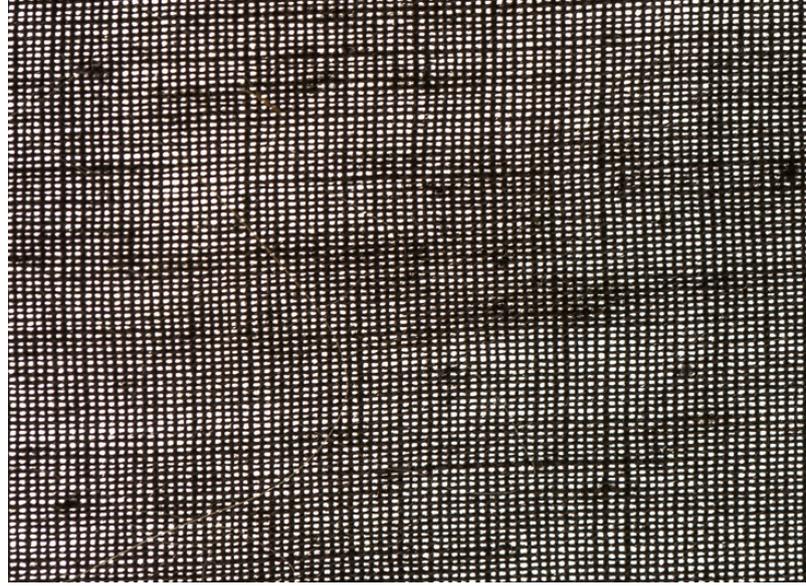
Espalha - Uma das frases abordadas nas páginas de vocês é a seguinte: "viajar é uma experiência transformadora, por que não pode ser também inclusiva?" Ao interpretarmos a frase, entende-se que buscam a inclusão, certo? Gostaríamos de saber qual é a visão de vocês sobre essa situação?

Guilherme Soares Dias - A inclusão que a gente busca é aumentar a diversidade, ter mais pessoas negras viajando, ter mais pessoas negras em espaço de lazer, curtindo a vida; mais pessoas brancas e negras conhecendo a história negra. Visitando empreendimentos, curtindo lugares, curtindo histórias e podendo falar sobre isso na internet, podendo contar essas histórias e podendo relatar esses fatos, essas situações vividas sobre o olhar de pessoas negras.

Espalha - A Caminhada São Paulo Negra nos traz grandes conquistas, vocês chegaram a ser até indicados ao prêmio impactos positivos, em relação a visão que vocês têm dessa conquista. Vocês acham que ainda tem muito a ser conquistado, ou consideram que a cidade paulistana é o máximo que poderiam alcançar? Se há ainda metas e projetos a serem conquistados, quais seriam eles?

Guilherme Soares Dias - A gente tem vontade de expandir, de realizar mais Caminhada São Paulo Negra para empresas, para escolas, para universidades. A gente tem outros produtos no Black Bird, como a caminhada do Bixiga, caminhada da Barra Funda. Nossa meta para o ano que vem é ir para periferia, temos muitos projetos e muitas possibilidades para desbravar cada vez mais e fazer com que essas histórias sejam contadas não só aqui em São Paulo, mas em outras cidades e com outras possibilidades, também.

PERFIL EDH



A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE NA CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

É fato incontroverso que as desigualdades sociais possuem raízes profundas no Brasil, que ainda sofre cotidianamente atos que perpetuam a violência racial e de gênero, heranças históricas de um país no qual a abolição da escravidão não veio acompanhada de medidas sociais voltadas à garantia da igualdade, bem como onde os direitos básicos das mulheres foram - e vêm sendo - garantidos a passos lentos.

Diante do exposto, torna-se relevante ressaltar a existência do racismo estrutural na sociedade como um todo, somado à raiz patriarcal que segue perturbando as relações modernas em suas mais diversas roupagens. Gera, por consequência, uma responsabilidade para com aqueles que lutam diariamente contra essa forma sistemática de discriminação, que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam, explica Silvio Almeida (2018).

À luz da constante marginalização social praticada por grande parte da sociedade, ainda racista, homofóbica e patriarcal, torna-se imprescindível garantir a representatividade desses grupos nos cargos de tomada de decisão, a fim de que seus direitos e interesses sejam representados, possibilitando a prática da igualdade formalizada no texto constitucional e garantindo a cidadania.

Nesta perspectiva, Hannah Arendt desenvolve a concepção da “cidadania ativa”, referindo-se ao pertencimento a uma sociedade organizada enquanto cidadão, ou seja, indivíduo que não apenas possui o “direito a ter direitos”, mas que, acima de tudo, participa das decisões políticas. Neste sentido a autora disserta: “... o direito a ter direitos, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade. Nada nos assegura que isso seja possível.” (ARENDR, 1989, p. 332). Apenas a participação política e a representatividade em espaços públicos de poder é que pode garantir a efetivação desses direitos.

Observada a problemática, torna-se de suma importância a representatividade nos cargos de tomada de decisão com o intuito de diminuir a tamanha desigualdade e hostilidade que permeia a coletividade há um período extenso. A presença de mulheres negras nestes cargos impacta não apenas na importância da expressão dos interesses de um grupo, mas também ressalta a relevância da identidade desses indivíduos.

Faz-se de extrema valia, portanto, evidenciar o protagonismo daqueles que são colocados à margem da sociedade, isto é, destacar o local de fala dos cidadãos no que tange a sua própria luta, reforçando a voz das minorias sociais no debate público. Isto, com a finalidade de garantirem seu respectivo espaço em todos os locais, atingindo, desta maneira, a devida expressão, além da tentativa de educar a sociedade sobre o limite que deve existir na fala de quem não vivencia a opressão. Garante-se, desta forma, a legitimidade correta, no ensaio de balancear as relações de poder.

Neste sentido, convidamos para uma entrevista a chefe da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, a comandante Elza Paulina.

1. Diante dos recentes casos brasileiros veiculados pela mídia no tocante à abordagem policial com a população negra, nota-se uma forte conduta motivada por critérios de cor e classe. Isto se fez mais explícito no último episódio que levou a óbito o senhor José Alberto Freitas, em um grande supermercado de Porto Alegre. A senhora, como uma mulher, negra e dirigente maior de uma força de segurança, detém qual visão sobre tal abordagem?

Certamente tal situação decorre de um racismo estrutural que prevalece em toda a sociedade brasileira, muito embora em nosso país não seja comum a ocorrência de conflitos raciais coletivos, não podemos fechar os olhos que a população negra e as menos favorecidas socialmente acabam sendo alvos mais constantes das abordagens policiais, situação que só passará a mudar com a conscientização da própria sociedade, pois os policiais são oriundos do meio social em que vivem, logo, trazem na sua formação cidadã todas as limitações humanas deste meio e, mesmo com a ênfase na doutrina dos direitos humanos e nas garantias individuais das pessoas, não é correto assegurar que os desvios de condutas e ações preconceituosas não subsistam nas instituições de segurança, mas temos consciência de que este é um grande desafio a ser enfrentado pelas futuras gerações de policiais.

2. Quais pontos a senhora acredita serem relevantes visando pautar mudanças nesse cenário classista e racista da nossa sociedade e que acaba sendo balizador da atuação das forças policiais?

Como dito anteriormente a mudança é cultural e deve alcançar toda a sociedade e não só as estruturas policiais, mas certamente a abertura e ampliação de espaços para o diálogo, a capacitação e a educação do agente também é fundamental para trazer uma reflexão sobre o tema. Em especial quando propagamos e asseguramos os direitos individuais destes agentes para que possam se conscientizar que também são “sujeitos de direitos” e a partir daí reconhecer no outro também esta condição. Ter a clareza de sua cidadania é fundamental em todos os aspectos e setores da sociedade, tornando as instituições, seja ela qual for, mais justa e mais humana.

3. Como a GCM pode ser aliada no enfrentamento ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia?

A GCM se destaca por ser uma força de segurança com princípios diferenciados, primeiro que a própria legislação que constitui as Guardas Municipais no Brasil dão foco que sua ação seja voltada para medidas preventivas sempre com o propósito de promover melhorias no convívio social, o que facilita implementar aos nossos agentes a transformação de que necessitam, permitindo que participem efetivamente nesta mudança, fazendo com que possam trabalhar o preconceito interno, dando uma visão de que ele, sendo um sujeito de direitos, deve respeitar os limites dos direitos das outras pessoas, de modo que possam compreender o cenário visando prestar melhor auxílio a essas vítimas e da mesma forma conscientizar os agentes para que também não se tornem autores de tais condutas preconceituosas. Ações voltadas a esta transversalidade sempre foram uma proposta desta instituição, ratificadas atualmente por diversas atividades em parcerias com outros organismos a fim de fortalecer a instituição como Moderna, Preventiva e Comunitária.

4. A senhora, enquanto mulher, negra, passou por dificuldades em sua trajetória dentro da Guarda Civil Metropolitana para poder ascender aos cargos? Percebe dificuldades, no exercício do cargo, em comparação aos homens que a sucederam?

As questões raciais e de gênero estiveram sempre presentes em nossa trajetória pessoal e profissional. Como diz o ditado: “Aquilo que não me matou, me fortaleceu!”. Claramente, muito há ser feito ainda. Queremos ocupar nossos espaços de fala e de ações, de transformação e renovação. Não buscamos conflitos e nem competição... Apenas direitos iguais. Uma leitura que a sociedade ainda precisar aprender a fazer. A mudança deve começar a partir de minha pessoa. Respeitar em mim meus direitos me fortalecerá, me possibilita respeitar o outro e também exigir do outro. Embora, numa instituição majoritariamente masculina em todos seus aspectos, é possível promover a transformação, aliás, contrariando a vontade de “muitos” ela já começou, o que vale a pena qualquer dificuldade transcorrida ao longo de minha trajetória.

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA**

cedh@prefeitura.sp.gov.br